

pt



União Europeia
Política Regional

info regio

| N.º 17 | Setembro de 2005 | **panorama**



**A cooperação no centro
da coesão**

Interreg em acção

Sumário

A cooperação no centro da coesão

Os desafios da cooperação e a experiência do Interreg para os novos Estados-Membros... e os outros

A Europa Central e Oriental constitui uma área geográfica onde a cooperação se intensificará ainda mais a partir de 2007. As experiências acumuladas e as soluções encontradas para as dificuldades destes territórios em plena transformação podem beneficiar todas as regiões da União.

Avaliação intercalar do Interreg III

O Secretariado do programa INTERACT realizou um estudo sobre as avaliações intercalares da iniciativa comunitária Interreg para a sua autoridade de gestão, a chancelaria federal da Áustria.

Interreg IIIA em acção: Itália/Suíça, Pamina, Áustria/República Checa, Irlanda/País de Gales

Testemunho: Finlândia/Rússia

Reportagem: Interreg III França/Espanha — Nenhuma montanha nos separa

A convergência das economias dos dois países, conjugada com os programas de cooperação, reforçou consideravelmente o intercâmbio transfronteiriço entre a França e a Espanha. É uma tendência que o Interreg formaliza e dinamiza.

Interreg IIIB em acção: Espaço Alpino, Periferia Norte, CADSES, Europa do Noroeste

Testemunho: Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas

Testemunho: Itália

Interreg IIIC em acção: zonas Norte, Sul, Oeste, INTERACT

3



8

10

11



12



17

18



19



21

Fotografias (páginas): Czech Tourist Authority (1), Comissão Europeia (4, 5, 6, 7), Ministerstwo Spraw Zagranicznych Rzeczypospolitej Polskiej (3), Provincia Autonoma di Bolzano (10), Interreg IIIA Pamina (10), Nationalpark Thayatal GmbH (10), PACTS (10), Euregio Karelia (11), Institut Cartogràfic de Catalunya (12), F. Márquez (13), AEIDL (14), Ballet Biarritz-Donostia (15), PortilHon (15), ITEBE (17), DESERVE (17), Bezirksamt Marzahn-Hellersdorf von Berlin (17), Foundation for Applied Water Research (17), Institut de la Méditerranée (18), Regione Emilia-Romagna (19), Västerbottens län (21), Senatsverwaltung für Wirtschaft, Arbeit und Frauen Berlin (21), VINTUR (21), IQ-Train Secretariat (21).

Pára-quedismo na República Checa

Também colaboraram na redacção deste número:
Aiga Berke, Inge de Prins, Pedra Ergo, Véronique Faure e Jean-Luc Janot.

Editor responsável: Thierry Daman, CE, DG da Política Regional

Esta revista é impressa em inglês e francês em papel reciclado

O caderno temático está disponível em 19 línguas da União Europeia na página Internet
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm

Os textos desta publicação não têm valor legal

Os desafios da cooperação e a experiência do Interreg para os novos Estados-Membros... e os outros

Por Imre János Csalagovits ⁽¹⁾

A Europa Central e Oriental constitui uma área geográfica onde a cooperação se intensificará ainda mais a partir de 2007. As experiências acumuladas e as soluções encontradas para as dificuldades destes territórios em plena transformação podem beneficiar não só os novos Estados-Membros e os restantes países envolvidos, como também todas as regiões da União.



Os objectivos da cooperação territorial europeia e, em particular, dos actuais programas Interreg excedem em grande medida as opções estratégicas das regiões e dos Estados-Membros quando considerados individualmente. Estes objectivos derivam de um conceito de desenvolvimento que vai muito além das estratégias clássicas de desenvolvimento regional. A cooperação territorial é uma dimensão única em matéria de política regional que representa, para determinadas regiões da Europa, um desafio político e económico muito mais importante do que transparece nos montantes financeiros que lhe são consagrados.

A cooperação territorial é uma oportunidade

Uma grande parte da Europa Central e Oriental entrou na União após quinze anos de mutações políticas e económicas impostas pelas reestruturações e pelo processo de integração na economia

de mercado. De uma forma mais geral ainda, os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental [países bálticos, países do Grupo de Visegrado ⁽²⁾ e Eslovénia] bem como os futuros aderentes e os Estados limítrofes da União situados nesta zona, passaram por vários séculos de guerras e conflitos políticos recorrentes. Viveram constantemente entre integração e desintegração e foram submetidos muito tempo a um isolamento forçado. Tendo dado início recentemente a uma fase de reconstrução, os países e as regiões desta parte da Europa sabem perfeitamente o que representam as identidades nacionais e regionais e conhecem também os benefícios que estas identidades podem usufruir da cooperação. Verifica-se cada vez mais que a sua história de sofrimento uniu os povos da região, criando uma espécie de comunidade de destino. Para os novos Estados-Membros, a «nova vizinhança», proposta no âmbito da União Europeia, é um instrumento excepcional de cooperação e de desenvolvimento.

⁽¹⁾ Director da unidade Interreg da Agência Nacional da Hungria para o Desenvolvimento Regional (VÁTI Kht). VÁTI Kht, H-1016 Budapeste, Gellérthegy utca 30/32. Correio electrónico: csalagovits@pharereg.hu

⁽²⁾ República Checa, Hungria, Polónia e Eslováquia.



Cooperação com a Letónia em matéria de segurança marítima

Embora as suas populações tenham conservado todas as especificidades, o Centro Este da Europa tornou-se num espaço relativamente homogéneo aos níveis político, económico e cultural. O espaço geográfico constituído pelos quatro países do Grupo de Visegrado e pela Eslovénia tem um significado particular, dado encarnar «o Este» da União. E nesta parte da Europa, é dada muita atenção à cooperação, tanto a nível local, como a nível regional e nacional.

A popularidade da cooperação territorial na Europa Central e Oriental deve-se em parte à perfeita adequação entre os objectivos dos programas, tais como estão formulados, e as necessidades sociais e económicas actuais destes países. No «Este» da União, o desenvolvimento territorial torna-se gradualmente num dos critérios chave do desenvolvimento, para países cujo ambiente político e económico se alterou radicalmente.

De acordo com diversas avaliações críticas, as experiências de cooperação têm sido muito positivas até à data e isso vai facilitar o planeamento e a execução dos futuros programas europeus, sobretudo se estes se orientarem para acções realmente conjuntas e integradas.

Sendo evidente que as formas e os efeitos da iniciativa de desenvolvimento territorial podem variar consoante as regiões e, também, segundo a dimensão ou o sistema político-institucional dos países, as experiências não diferem de maneira sensível de um programa de cooperação para outro, graças às características comuns dos programas.

Experiência e boas práticas

Já há mais de 10 anos que os novos Estados-Membros adquiriram e capitalizaram uma experiência em programas do tipo Interreg. É um bom sinal para a prossecução das parcerias no quadro da futura cooperação territorial.

Uma grande parte desta experiência está ligada à execução dos programas e projectos de cooperação transfronteiriça Phare-CBC. Em cada um dos novos Estados-Membros da Europa

Central e Oriental foram utilizadas verbas relativamente elevadas para programas transfronteiriços e foi criada uma estrutura de gestão específica. O Phare-CBC representou cerca de 10% do orçamento anual do programa Phare entre 2000 e 2003. Apesar dos obstáculos óbvios derivados de diferentes procedimentos financeiros entre o Interreg e o Phare-CBC, foi possível lançar muitos projectos transfronteiriços integrados.

A participação dos novos Estados-Membros, antes mesmo da sua adesão, nos programas transfronteiriços Interreg IIA e IIIB executados nas fronteiras da Europa dos Quinze bem como nos programas transnacionais Interreg IIC e IIIB, permitiu adquirir uma boa experiência em matéria de gestão dos programas Interreg.

É indiscutível que o maior acervo de experiência foi alcançado nos programas de **cooperação transfronteiriça**, sobretudo devido à abundância dos recursos financeiros que lhe foram atribuídos. Esta forma de cooperação é, de longe, a mais apreciada pelos agentes locais e regionais, nomeadamente porque as parcerias transfronteiriças são mais concretas, e baseadas numa relação mais simples e mais directa. Os resultados são também mais visíveis.

Como a dimensão dos novos Estados-Membros, com excepção da Polónia, é relativamente reduzida, muitas regiões da Europa Central e Oriental têm uma fronteira interna ou externa da União, o que implica que o seu desenvolvimento integra sempre uma dimensão «internacional». O empenho dos pequenos países no desenvolvimento, conjugado com a tomada de consciência desta realidade transfronteiriça na grande maioria das estratégias de desenvolvimento local e regional, contribui fortemente para a popularidade da cooperação transfronteiriça nesta parte da Europa.



Estudante polaco na Universidade Europeia Viadrina de Frankfurt-Óder (Alemanha)

Quanto aos programas de **cooperação transnacional**, mesmo que a sua reputação junto dos agentes locais e regionais nunca venha a atingir a dos programas transfronteiriços, a participação que se observou até ao momento mostra que os novos Estados-Membros compreenderam as oportunidades estratégicas, em grande parte ainda não exploradas, inerentes aos programas transnacionais. A Europa Central e o Báltico estão entre os grandes conjuntos regionais da União Europeia que mais rapidamente se desenvolvem. Estes territórios dinâmicos podem empreender eficazmente cooperações transnacionais em domínios relevantes. Surge igualmente a necessidade de cooperação noutros domínios ao longo das fronteiras externas da União, nomeadamente a Leste e nos Balcãs.

A sua participação em projectos de **cooperação inter-regional** permitiu a várias regiões da Europa Central e Oriental envolverem-se directamente no intercâmbio de experiências a nível europeu, e isso já contribuiu para o bom funcionamento dos programas do objectivo n.º 1 actualmente em execução nos novos Estados-Membros. A expansão e a concentração temática da cooperação inter-regional de nível europeu poderiam constituir um progresso suplementar para a cooperação territorial.

Por outro lado, os recentes Estados-Membros executam vários programas de **vizinhança** novos, lançados pela Comissão Europeia ao longo das fronteiras externas da União. Já funcionam vários destes novos programas ⁽¹⁾, que apoiam a elaboração de projectos conjuntos e associam, num dispositivo comum, os

instrumentos comunitários internos de desenvolvimento transfronteiriço (Interreg) e externos (componente de vizinhança do Tacis e do CARDS). A atracção exercida por estes programas, embora sejam mais complicados devido às diferenças existentes nas legislações e nos modos de financiamento, tem sido boa até ao presente. No âmbito dos programas já aprovados, foram registadas várias centenas de candidaturas, na maioria para projectos conjuntos. Por causa da sua complexidade, os programas de vizinhança exigem dos intervenientes muita flexibilidade. Todavia, após um primeiro balanço da experiência e com os recursos suplementares necessários, estes programas poderão constituir uma base sólida para os programas integrados do próximo período de programação.

A cooperação territorial revela-se particularmente importante na elaboração e realização de projectos conjuntos. Até à data, para determinadas regiões, a disparidade das regras administrativas e financeiras nacionais restringia frequentemente as possibilidades de lançar e executar este tipo de projectos. No entanto, puderam ser elaborados e realizados, em diferentes programas, vários projectos de referência, que podem servir como «boas práticas» para o desenvolvimento territorial. Entre as acções do tipo Interreg, estas boas práticas encontram-se na criação de infra-estruturas conjuntas (estradas, redes de saneamento, centros médicos, centros de emprego transfronteiriços, etc.), mas também nas acções locais «entre pessoas», no intuito de melhorar as relações inter-regionais, interculturais, inter-étnicas, etc.



Construção de uma estrada transfronteiriça entre a Grécia e a Bulgária co-financiada pelo Interreg

⁽¹⁾ Lituânia/Polónia/Caliningrado, Letónia/Lituânia/Bielorrússia, Estónia/Letónia/Rússia, Polónia/Bielorrússia/Ucrânia, Hungria/Eslóvaquia/Ucrânia, Hungria/Roménia e Hungria/Sérvia e Montenegro, Eslovénia/Hungria/Croácia.

Aproximar as regiões europeias: instrumentos comunitários de cooperação

A cooperação entre regiões é uma dimensão essencial do «valor acrescentado comunitário». A União Europeia dedica-lhe recursos consideráveis e põe à disposição dos agentes regionais uma série de instrumentos de financiamento e de intercâmbio de competências.

Interreg, a iniciativa comunitária para a cooperação, lançada em 1990 e apoiada pelo FEDER, é o principal destes instrumentos. O objectivo do programa Interreg III (2000-2006) é reforçar a coesão económica e social na União Europeia favorecendo a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional bem como o desenvolvimento equilibrado do território. É dada particular atenção ao envolvimento das regiões ultraperiféricas e das regiões situadas nas fronteiras externas da União com países candidatos à adesão. Dotado de um orçamento total de 5,180 mil milhões de euros (preços de 2002), o Interreg III é composto por três vertentes:

- **vertente A (cooperação transfronteiriça):** a cooperação transfronteiriça entre zonas contíguas destina-se a desenvolver centros económicos e sociais transfronteiriços através de estratégias comuns de desenvolvimento;
- **vertente B (cooperação transnacional):** a cooperação transnacional entre autoridades nacionais, regionais e locais tem por objectivo favorecer uma melhor integração territorial na União, graças à constituição de grandes grupos de regiões europeias;
- **vertente C (cooperação inter-regional):** a cooperação inter-regional pretende melhorar a eficácia das políticas e dos instrumentos de desenvolvimento regional através de um

vasto intercâmbio de informações e da utilização das experiências em rede.

Completam estas três vertentes dois programas: **ESPON** (Observatório em Rede do Ordenamento do Território Europeu) e **INTERACT** (Rede de Animação e Transferência de Boas Práticas Interreg).

Até à sua adesão em 2004, os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental beneficiaram do programa **Phare-CBC** (Cross-Border Cooperation — Cooperação Transfronteiriça), que é a contrapartida financeira do Interreg para os projectos de cooperação transfronteiriça situados nos países candidatos à adesão.

Para as regiões da União situadas nas fronteiras de outros países terceiros, os instrumentos financeiros de cooperação são, entre outros, o programa de assistência técnica para a Comunidade dos Estados Independentes (**Tacis**), o Acordo de Desenvolvimento Mediterrânico (**MEDA**), para apoiar as reformas económicas e sociais nos países terceiros da bacia mediterrânica, e as ajudas comunitárias à reconstrução, desenvolvimento e estabilidade (**CARDS**) dos países da antiga Jugoslávia.

A Comissão Europeia tenciona executar, a partir de 2007, um novo «**instrumento europeu de vizinhança e parceria (IEVP)**» para apoiar a cooperação transfronteiriça. A elaboração deste instrumento foi iniciada com a introdução, entre 2004 e 2006, de «**programas de vizinhança**» nas novas fronteiras externas da União. Estes programas completam e utilizam os instrumentos de cooperação transfronteiriça existentes (Interreg, Phare-CBC, Tacis-CBC, MEDA e CARDS).



Cooperação Interreg em doação de órgãos entre a Suécia e a Dinamarca

Prioridades

A experiência mostra que os programas Interreg que obtiveram mais êxito foram concebidos local ou regionalmente, incidem sobre uma aposta «transregional» comum e funcionam no âmbito administrativo mais simples possível.

A eficiência, a eficácia e a conformidade regulamentar dos programas constituem três prioridades a concretizar em simultâneo, mas são particularmente importantes para uma boa preparação da cooperação territorial dois objectivos e domínios de desenvolvimento:

Melhorar o impacto e a eficácia dos programas

A transmissibilidade das experiências, retiradas dos programas mais inovadores e com mais sucesso, é essencial para melhorar os efeitos benéficos da cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional.

Apesar dos esforços desenvolvidos no actual período de programação, as diferenças entre os programas de desenvolvimento regional (do objectivo n.º 1, por exemplo) e os programas transfronteiriços, nalguns casos mesmo entre os diferentes programas Interreg, nem sempre são convenientemente perceptíveis.

Os contornos de alguns projectos de desenvolvimento não são claros, sendo necessário redefinir os seus objectivos em relação aos programas de que dependem estes projectos.

Seria também útil distinguir melhor os diferentes tipos de programas (em especial transfronteiriços e regionais), colocando sobretudo a tónica, no caso dos programas transfronteiriços, nas complementaridades, sinergias e bases comuns da cooperação. Convém que estes aspectos sejam sistematicamente verificados e validados durante todo o processo de programação (hierarquizando os objectivos, as actividades apoiadas e os critérios de selecção) e, em seguida, quando da selecção dos projectos.

No caso da cooperação transfronteiriça, a melhoria das capacidades de planeamento estratégico é uma questão essencial, tanto a nível local como regional, dado ser necessário que os parceiros avaliem em conjunto cada etapa de programação, à luz de uma espécie de «consciência regional comum», com vista a identificar as actividades realmente partilhadas, as que têm necessidade de apoio e aquelas que completam os outros programas.

De igual modo, as cooperações devem, sobretudo, incidir sobre áreas prioritárias para cada uma das partes, sendo este um elemento a ter em conta quando se determinam os espaços de cooperação. Isto importa especialmente para os futuros programas transnacionais.



No Vorarlberg (Áustria), o projecto Interreg «SPEAK» fornece ferramentas pedagógicas aos professores de línguas estrangeiras

Simplificar a gestão dos programas

Os programas Interreg e os programas de vizinhança exigem a aplicação de numerosos critérios. Combinados com regras nacionais ou regionais diferentes e com sistemas de gestão dos fundos radicalmente diferentes, conforme se actue dentro ou fora da União, estes critérios dificultam consideravelmente o tratamento dos processos de candidatura e a selecção e execução dos projectos. Os compromissos inevitavelmente criados durante o processo de planeamento tornam as coisas ainda mais complexas e impõem ao candidato promotor do projecto condições difíceis de respeitar.



Ylamylly (Finlândia) — Escola pré-escolar instalada numa antiga base militar reconvertida

Para poder envolver nos programas o maior número possível de parceiros e garantir uma selecção pertinente das propostas de projectos, é indispensável simplificar os critérios de candidatura. Para isso, há que ter em conta as especificidades dos projectos conjuntos de cooperação nos quadros regulamentares europeus e nacionais. Depois, a Comissão Europeia, as autoridades de gestão e os gabinetes técnicos de cada programa deverão concertar-se para conseguirem simplificar significativamente os programas e os projectos no terreno.

Conclusões

O sucesso da intensa cooperação territorial, actualmente em curso na «extremidade oriental» da União, é extremamente importante para toda a Europa. A experiência e as oportunidades criadas por esta cooperação são excepcionais, não só para os países envolvidos, mas também para o desenvolvimento e a segurança de toda a União. Seria pois necessário que todos os Estados-Membros se empenhassem na melhoria da eficácia desta iniciativa.

Como foi referido antes, há que considerar dois desafios essenciais: por um lado, a melhoria sensível da orientação dos programas e, por outro, a simplificação do sistema de gestão e execução, a melhoria da sua eficácia e a redefinição de normas comuns de gestão.

Na parte oriental da Europa, a complexidade das relações de cooperação torna impossível criar estruturas artificiais ou informais, dado poder haver a todo o momento uma resistência política ou institucional susceptível de contrariar a realização dos objectivos, mesmo os mais realistas. Neste contexto, todos os intervenientes essenciais, tanto internos como externos à União Europeia, devem ter a possibilidade de validar as suas opções em cada etapa da cooperação. As regiões transfronteiriças europeias e as macro-regiões transnacionais devem pois encontrar as soluções mais adaptadas à sua situação, para tomarem medidas de cooperação o mais eficientes possível.

As fronteiras internas e externas da União constituem, de certo modo, territórios ideais para experimentar a gestão da mudança e demonstrar que é possível encontrar, através de negociações, soluções comuns para situações frequentemente díspares e complexas. Convém valorizar estas experiências, não só entre os países, mas também no seio de cada país, com base na experiência retirada dos instrumentos de gestão «transregionais» específicos que a cooperação conseguiu concretizar.

Avaliação intercalar do Interreg III

O secretariado do programa INTERACT realizou um estudo sobre as avaliações intercalares da iniciativa comunitária Interreg para a sua autoridade de gestão, a chancelaria federal da Áustria ⁽¹⁾.

O Centro de Investigação de Políticas Europeias (European Policies Research Centre/EPRC) da universidade de Strathclyde, em Glásqua, foi encarregado de efectuar uma «meta-avaliação» que sintetizasse os resultados das avaliações intercalares do Interreg realizadas em 2003. Pretendia-se fornecer aos intervenientes INTERACT recomendações sobre o desenvolvimento do Interreg e a prestação de serviços relevantes para os participantes na iniciativa de cooperação.

Este trabalho visava especificamente três objectivos: elaborar um balanço dos progressos obtidos até à data, identificando as forças e fraquezas estratégicas, estruturais e operacionais, do Interreg III; contribuir para determinar as prioridades do programa INTERACT; retirar ensinamentos para a cooperação territorial no âmbito da programação dos fundos estruturais para lá de 2006.

Publicado no início de 2005, este estudo identifica três campos de intervenção prioritários: ajudar os programas Interreg a retirar as lições das avaliações de 2003; pôr em comum as práticas de avaliação do Interreg; pôr à disposição dos programas Interreg um centro de recursos e serviços comuns.

Estes eixos decorrem, em grande parte, das seguintes observações:

- quando o estudo foi efectuado em 2003, havia numerosos programas que quase não tinham progredido a nível financeiro. Apenas 10% dos programas tinham níveis de autorizações e de pagamentos aceitáveis, outros tinham um nível elevado de autorizações, mas tinham efectuado poucos pagamentos, e alguns estavam apenas a começar. Havia, assim, o perigo evidente de uma anulação dos fundos por aplicação da regra «n+2» ⁽²⁾;
- embora tenham havido progressos consideráveis em matéria de indicadores de acompanhamento e de recolha de dados,

muitos sistemas de controlo continuam a não fornecer informações de gestão suficientes e relevantes, sendo assim difícil obter uma visão europeia abrangente dos sucessos do Interreg, que é um aspecto importante para o debate sobre a reforma após 2006;

- apesar das múltiplas dificuldades a superar, os dispositivos de gestão dos programas parecem ser eficientes. Verificam-se bastantes «boas práticas» no âmbito dos Interreg IIIA, IIIB e IIIC, muito embora seja evidente que muitas unidades de gestão estão sobrecarregadas e têm pouco tempo para dedicar ao planeamento estratégico;
- numerosos programas Interreg têm uma boa comunicação e mobilizam e seleccionam bem os projectos. Deverão, contudo, prestar maior atenção aos desafios estratégicos que possam surgir. Para muitos coloca-se uma questão urgente: como aumentar a procura por parte de certos territórios, de determinados sectores ou de alguns tipos de organizações? Métodos inovadores deveriam ser mais amplamente utilizados;
- uma sondagem efectuada junto dos promotores de projectos revela uma necessidade acrescida de intercâmbio de experiências sobre os aspectos práticos da elaboração e gestão dos projectos Interreg.

É sobretudo urgente acompanhar os programas nos novos Estados-Membros e eliminar a ameaça da anulação automática. A médio prazo, trata-se de facilitar a aquisição de competências e de procurar tirar partido da experiência adquirida no período actual em benefício do novo objectivo comunitário de cooperação territorial e da nova geração de programas. Enfim, é necessário ter mais em conta as mudanças de contexto, quer estas sejam socioeconómicas, geopolíticas, estratégicas ou institucionais.

Contacto: Inge De Prins, interact@interact-eu.net.

INTERACT: favorecer e valorizar a cooperação



O programa INTERACT (Interreg Animation, Cooperation and Transfer) reúne o conteúdo das actividades da iniciativa comunitária Interreg, da qual é uma componente.

Este programa valoriza a experiência e os ensinamentos dos Interreg I (1990-1994) e II (1994-1999), a fim de otimizar a eficácia do Interreg III (2000-2006) nos Estados-Membros e países vizinhos da União Europeia. O INTERACT cria redes de comunicação, divulga informação e incentiva o intercâmbio de experiências, nomeadamente através de formação.

O INTERACT tem um secretariado em Viena (Áustria) e uma rede de cinco «pontos INTERACT», que se dividem nos seguintes serviços:

- **informação e animação** (tornar a informação e as experiências Interreg visíveis e acessíveis);
- **qualificação e transferência** (formação, trabalho em rede e novas ideias para os parceiros Interreg);
- **coordenação IIIC** (apoio à cooperação entre as quatro zonas do programa Interreg IIIC e partilha de experiência com os intervenientes INTERACT);
- **gestão da transição e cooperação externa** (favorecer a transferência do saber-fazer Interreg nos territórios abrangidos pelo alargamento da União Europeia);
- **caixa de ferramentas** (identificação das boas práticas e desenvolvimento de instrumentos concretos para gestão dos programas Interreg).

A execução de 22 projectos específicos completa o trabalho do Secretariado e dos pontos INTERACT.

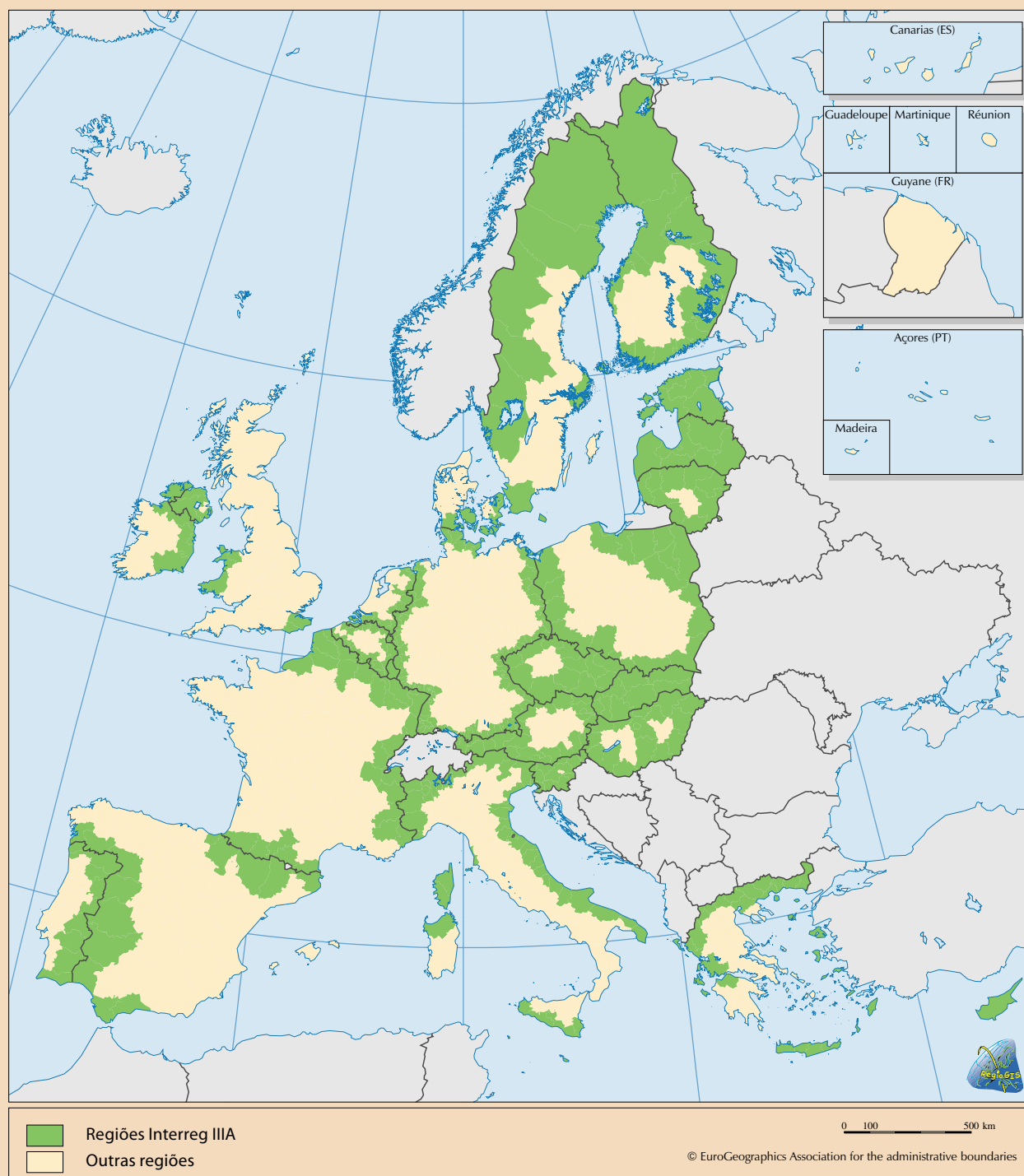
Para saber mais, consultar: www.interact-eu.net.

⁽¹⁾ «A Study of the Mid Term Evaluations of Interreg Programmes for the Programming Period 2000-2006» (Estudo das avaliações intercalares do Interreg para o período de programação 2000-2006). A versão electrónica e o formulário para encomendar a versão impressa estão disponíveis no sítio web INTERACT: www.interact-eu.net.

⁽²⁾ Segundo esta regra, a fracção financeira anual de um programa co-financiado pelos fundos deve ser gasta antes do fim do segundo ano que segue o da autorização («n» corresponde ao ano da autorização). Salvo excepções, os créditos não utilizados são automaticamente anulados.



Interreg IIIA: cooperação transfronteiriça



ITÁLIA/SUÍÇA

Valorização dos cereais alpinos



Custo total: 422 933 EUR
Contribuição UE: 93 745 EUR

«O objectivo desta cooperação entre a província autónoma de Bolzano e o cantão dos Grisons é inventariar os conhecimentos, o saber-fazer e as zonas de cultivo das variedades de cereais locais. O projecto prevê, além disso, culturas cerealíferas comparadas nas duas regiões, a análise qualitativa e a produção de variedades endógenas interessantes do ponto de vista agronómico, a fim de as reintroduzir na agricultura local e de preservar este património biológico nos nossos vales. A população será sensibilizada para o interesse destas variedades locais através de campanhas de informação, de conferências e de uma exposição itinerante.»

Josef Dalla Via, director do Centro de Experimentação Agrícola e Silvícola da província autónoma de Bolzano
josef.dallavia@provinz.bz.it

ÁUSTRIA/REPÚBLICA CHECA

Centro de acolhimento para parque natural



Custo total: 2 797 904 EUR
Contribuição UE: 1 398 951 EUR

«Criado em 2000, o parque nacional do vale do Thaya é a extensão austríaca do parque nacional de Podyji, que foi aberto em 1991 na República Checa. É um projecto de protecção da natureza, mas também um instrumento de desenvolvimento local através das repercussões turísticas criadas pelo parque. A construção de um centro de acolhimento e de interpretação constitui o essencial desta iniciativa. Graças ao equipamento pedagógico e, simultaneamente, convívio aí instalado, o visitante pode aperceber-se da evolução da paisagem e dos processos naturais, da ecologia do parque, bem como da nossa acção transfronteiriça em benefício da protecção do ambiente. Os grupos-alvo são compostos tanto por crianças e jovens como por amantes da natureza e investigadores.»

Martha Schober, Nationalpark Thayatal Ges.m.b.H.
office@np-thayatal.at
www.np-thayatal.at (www.nppodyji.cz/_E_PODYI.HTM)

PAMINA

A rede juventude Pamina



Custo total: 240 000 EUR
Contribuição UE: 120 000 EUR

«Foi criada uma rede para intensificar contactos e parcerias transfronteiriças entre jovens e associações juvenis da área de cooperação franco-alemã denominada Pamina (Sul-Palatinado, Reno-Médio-Superior e Norte-Alsácia). A rede juventude Pamina articula-se em torno de um local de encontro base, ligado a três centros locais que executam projectos de cooperação concretos entre jovens, organizam actividades conjuntas, facilitam o intercâmbio e o acesso às possibilidades de financiamento, etc. Para além dos jovens, trata-se de reforçar e aprofundar as relações entre cidadãos dos dois lados da fronteira.»

Jörg Saalbach, secretariado técnico do programa Interreg IIIA Pamina
Joerg.saalbach@regio-pamina.org
www.paminaj.net

IRLANDA/PAÍS DE GALES

Ajuda às pessoas com dificuldades de aprendizagem



Custo total: 911 000 EUR
Contribuição UE: 683 250 EUR

«O principal objectivo do projecto PACTS (Partners Collaborating in Training for individuals with Specific learning disabilities — Parceiros para formação das pessoas com dificuldades de aprendizagem específicas) é sensibilizar o público e dotar-se de meios susceptíveis de identificar e ajudar as pessoas com dificuldades de aprendizagem específicas no País de Gales e na parte Este da Irlanda. Este projecto pretende, entre outras coisas, desenvolver métodos pedagógicos capazes de favorecer o acesso destas pessoas ao ensino superior e aumentar assim as suas possibilidades de encontrarem um emprego de qualidade. O projecto, que funciona há mais de um ano, permitiu organizar estágios residenciais nos quais os responsáveis por estabelecimentos escolares, de associações e agências de emprego das duas costas do mar da Irlanda, tiveram a oportunidade de partilhar as suas boas práticas. Além disso, a equipa PACTS lançou um programa de ensino à distância baseado num sítio web e num CD-ROM. São também ministradas formações em comum.»

Amanda Kirby (País de Gales) e **Mary Meaney** (Irlanda), Responsáveis pelo projecto
Mary.Meaney@itb.ie; amanda.kirby@btinternet.com
www.pactsproject.com

Finlândia/Rússia

«Euregio Karelia: a cooperação UE-Rússia no terreno»

Marko Ruokangas, director do secretariado do programa de vizinhança «Euregio Karelia»



A zona de cooperação «Euregio Karelia», que cobre 700 km dos dois lados da fronteira finlandesa-russa, inclui três regiões finlandesas (Kainuu, Norte-Carélia e Oulu) e a República russa da Carélia.

Foi apenas quando a Finlândia aderiu à União Europeia em 1995 que as suas regiões puderam começar a cooperar com as regiões vizinhas da Rússia. Até cerca de 1991, a fronteira esteve fechada e, mesmo após a queda do regime soviético, os contactos entre os habitantes eram pouco frequentes. Foi neste contexto que o programa Interreg IIA Karelia (1995-1999) abriu caminho. O estabelecimento de contactos a diversos níveis foi o resultado mais tangível desta primeira fase do Interreg.

No final da década 90, as regiões envolvidas decidiram aprofundar as suas relações criando um fórum de cooperação designado «Euregio Karelia», que permitiu traçar as grandes linhas da cooperação transfronteiriça.

A preparação do Interreg IIIA Karelia (2000-2006), que abrange as actividades na Finlândia, começou ao mesmo tempo que o programa de cooperação transfronteiriça da República russa da Carélia. Síntese dos dois, o programa «A nossa fronteira comum» serviu de base para o trabalho da Euregio Karelia.

O fórum propôs então à Comissão Europeia o lançamento de uma acção-piloto que reunisse num programa o financiamento tanto de acções internas como externas. Mas era ainda demasiado cedo e, para isso, foi necessário esperar até 2004, ano em que a União transformou os programas Interreg nas fronteiras externas em «programas de vizinhança», que financiam tanto as acções fora como dentro da União. Paralelamente, efectuou-se uma aproximação entre o programa europeu e o fórum de carácter político Euregio Karelia. Embora seja gerido separadamente de acordo com os procedimentos legais, o programa de vizinhança passou a chamar-se «Euregio Karelia» e beneficia de uma boa notoriedade.



Encontro de jovens em Koli no âmbito dos encontros «Euregio Karelia 2000+»

A cooperação tem efeitos importantes sobre o desenvolvimento e o emprego a nível regional e local. Os sucessivos programas permitiram até ao presente executar 350 projectos, indo da simples modernização de um posto de fronteira até operações mais ambiciosas de protecção do património cultural. Um bom exemplo é a geminação dos parques nacionais de Oulanka (Finlândia) e de Paanajärvi (Rússia). Para além da criação de empregos directos, todos os projectos têm repercussões indirectas, que são ainda mais importantes e que geram outras cooperações.

Esta iniciativa permitiu criar boas relações com os nossos vizinhos russos, mas também entre as três regiões finlandesas participantes. Com efeito, cada uma tem as suas especificidades e a sua concepção da cooperação com a Rússia, mas todas partilham uma visão comum através das suas abordagens diferentes.

Constituiu-se assim a base de uma cooperação entre a União e a Rússia em zonas nórdicas, à qual os programas deram um sentido concreto. O grande desafio para o futuro consiste em aproximar estas actividades do nível político. A este respeito, a parceria estratégica EU-Rússia, dotada de quatro espaços comuns, bem como a iniciativa «Dimensão setentrional», criam um contexto político para a cooperação. Deveriam, por sua vez, confluir para um quadro estratégico dos futuros programas transfronteiriços nas fronteiras externas da União.

A vida quotidiana de muitas pessoas tem-se imbuído pouco a pouco de uma «cultura de cooperação». A cooperação transfronteiriça transformou-se numa componente intrínseca do desenvolvimento regional, embora nem todas as oportunidades tenha sido exploradas. Hoje, o principal desafio é o envolvimento dos jovens na cooperação, tendo já sido lançadas várias iniciativas promissórias nesse sentido.

Além disso, gerir a cooperação transfronteiriça é um exercício apaixonante: o secretariado do programa enfrenta constantemente novos desafios, que vão desde questões práticas de execução até às apostas de política externa da União. O trabalho em rede também criou novas perspectivas e mostra, designadamente, que os problemas transfronteiriços são mais ou menos os mesmos em todo o lado, tendo sempre como crivo a vontade de atenuar «o efeito fronteira». No entanto, não será isso uma das razões de ser da União Europeia?

Para saber mais:
www.euregiokarelia.fi.

Interreg IIIA França/Espanha de um lado ao outro dos Pirenéus

Nenhuma montanha nos separa

Difícilmente transponíveis, os Pirenéus formam uma barreira que separou durante muito tempo a França e a Espanha. No entanto, as populações locais superaram sempre este obstáculo, tecendo numerosas relações económicas, políticas, sociais e culturais entre as duas vertentes da montanha. A entrada da Espanha na União e o seu desenvolvimento, assim como a convergência das economias dos dois países, em conjunto com numerosos programas de cooperação, reforçaram consideravelmente o intercâmbio transfronteiriço. Uma tendência que o Interreg formaliza e dinamiza.



Participantes no projecto ISARD destinado a harmonizar as informações sísmicas entre a Espanha e a França

«Passámos de uma cooperação afectiva e ideológica para uma cooperação efectiva e reivindicativa». Jean Lavie, responsável francês do «Observatório Transfronteiriço do Emprego», qualificou com esta bela fórmula a própria essência deste projecto Interreg, que o Conselho Sindical Inter-Regional Pirenéus-Eixo Atlântico-Huesca e oito organizações sindicais parceiras, francesas e espanholas, estão a executar nos territórios transfronteiriços da Aquitânia, País Basco, Navarra e Aragão. «Desde a época das 'andorinhas', nome dado às mulheres que passavam os picos dos montes para trabalhar nas fábricas de alpercatas no século XIX, o intercâmbio de mão-de-obra entre as duas vertentes dos Pirenéus nunca cessaram e não param de aumentar. Só aqui, entre Baiona e São Sebastião, contamos hoje com 3 500 trabalhadores transfronteiriços: 2 000 espanhóis, que trabalham na França, e 1 500 franceses, que trabalham em Espanha. Mas sabe-se muito pouco sobre este mercado de trabalho, muito heterogéneo, que obedece a regras diferentes em muitos domínios (direito laboral, formação, reconhecimento das competências, etc.) consoante se vive a Norte ou a Sul dos Pirenéus...»

Surgiu assim a ideia de criar este Observatório Transfronteiriço do Emprego, que congrega três objectivos: reunir as estatísticas comparáveis e os estudos realizados em ambos os lados da fronteira; desenvolver indicadores que possam responder às necessidades das autoridades públicas todos os dados tratados. É um projecto de 247 750 euros (93 000 dos quais foram financiados pelo FEDER) que, tanto pelo seu objectivo como pelo seu conteúdo, ilustra bem a acção empreendida desde há vários anos pelo programa Interreg IIIA França/Espanha.

Este programa transfronteiriço cobre as duas vertentes de toda a cadeia dos Pirenéus, ou seja, uma zona de cerca de 70 000 km², onde vivem mais de 4,7 milhões de habitantes. Dotado de um orçamento de cerca de 172 milhões de euros (sendo 86 milhões financiados pelo FEDER), o programa Interreg IIIA França/Espanha deverá permitir, até final de 2006, a execução de cerca de 250 projectos, todos conjuntos, e incidindo numa série de áreas que vão das grandes infra-estruturas (estradas, túneis, etc.) até aos «pequenos» projectos executados por municípios, associações ou empresas,

«mesmo que as intervenções transfronteiriças em benefício de empresas impliquem, rapidamente, problemas de concorrência», sublinha Jean-Marie Blanc, Director do serviço de fundos europeus e cooperação transfronteiriça na região da Aquitânia, que é a autoridade de gestão do programa.

«Nós partimos das nossas diferenças e interrogámo-nos sobre quais destas diferenças poderiam favorecer os outros?». Victor Lacambra coordena o primeiro projecto social financiado pelo Interreg IIIA França/Espanha, o «PortilHon», o nome do pico que liga as regiões de Aragão e os Pirenéus-Sul, entre Benasque e Luchon. Como explicam os seus promotores, o «PortilHon», com um H maiúsculo no meio do nome, representa simultaneamente a forma do pórtico que serve para transformar os ensaios em *râguebi* e o «H» de «Handicap» (deficiência). Executado por duas federações de organizações ao serviço das pessoas com deficiência — CADIS-Huesca em Espanha e APAJH31 na França ⁽¹⁾ —, o projecto PortilHon tem por objectivo a melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência e das suas famílias, através de cinco temas ligados à experiência da pessoa com deficiência: o tempo de lazer, a inserção profissional, a educação e a formação, o envelhecimento e as alternativas de acolhimento e protecção jurídica. «Aprendemos muito uns com os outros», continua Victor. «Por exemplo, quando quisemos colocar em rede quatro centros de férias adaptados às pessoas com deficiência tivemos de enfrentar duas abordagens aparentemente opostas: na Espanha, os profissionais dos serviços recebem uma formação em actividades de lazer, ao passo que na França se passa o contrário, prefere-se formar os profissionais das actividades de lazer em acolhimento das pessoas com deficiência. Estes dois ângulos são, ao fim e ao cabo, bastante complementares e conjugá-los revelou-se muito enriquecedor.»

Além dos Pirenéus centralismo, aquém dos Pirenéus autonomia

Segundo os gestores e promotores de projecto, a cooperação transfronteiriça é essencialmente o confronto de práticas, de culturas, mesmo de sistemas frequentemente muito diferentes, dado derivarem de uma história, de uma sociedade, de maneiras de actuar e de necessidades diferentes. Mais do que a língua, são sobretudo as diferenças de contexto institucional e de cultura administrativa que constituem a dificuldade mais frequentemente citada pelos parceiros das cooperações. E, no caso de França/Espanha, as diferenças são particularmente importantes, dado que os dois países têm modelos de organização política muito distintos, com uma centralização ainda muito marcada na França e uma regionalização muito acentuada em Espanha.

Administrador delegado da companhia de dança «Ballet Biarritz» e um dos promotores do Centro Coreográfico Transfronteiriço apoiado pelo Interreg, Filgi Claverie exprime-se nestes termos: «A administração francesa é frequentemente vista como um sistema jacobino, piramidal e burocrático. A proximidade dos centros de decisão e a grande autonomia das regiões espanholas, em especial da Catalunha e do País Basco, permitem mais flexibilidade e criatividade. Em contrapartida, con-

vém reconhecer que as tradições francesas de desenvolvimento cultural e planeamento plurianual são tranquilizadoras no que respeita ao financiamento de projectos. Do lado espanhol, é tudo orçamentado numa base anual, pelo que é sempre possível alterar as decisões.»

«A cooperação administrativa é um dos pontos fortes do nosso programa. Aprende-se muito. Esta dimensão era muito menos visível no programa Interreg II», afirma Amaia Urtasun, encarregada de missão no Conselho Regional da Aquitânia. O programa envolve um grande número de parceiros institucionais: o Estado, três conselhos regionais (Aquitânia, Pirenéus-Sul e Languedoque-Rossilhão), cinco conselhos gerais (Pirenéus-Atlânticos, Altos-Pirenéus, Ariège, Alta-Garona, Pirenéus-Orientais), e o DATAR ⁽²⁾ na França; e o Estado Central (autoridade de pagamento) e cinco comunidades autónomas (País Basco, Navarra, Aragão, Catalunha e Rioja), em Espanha.

Chefes-de-fila

«Este grande número de parceiros e a dimensão do território abrangido levaram-nos a criar três 'células técnicas'», explica Michaël Lapoirière, também encarregado de missão Interreg. «A célula da zona oriental é assumida pelo Governo de Catalunha, a do centro dos Pirenéus pelo Governo de Aragão e a da zona ocidental pelo Conselho Geral dos Pirenéus-Atlânticos». Além disso, cada projecto tem um parceiro que é o chefe-de-fila e que, portanto, é o nosso primeiro interlocutor. É ele o responsável pela execução do projecto.»

«Este conceito de chefe de fila, que nós quisemos formalizar, obriga a criar verdadeiras parcerias», esclarece Jean-Marie Blanc. «O Interreg III é uma verdadeira cooperação, cuja diferença com o Interreg II é a execução de projectos realmente conjuntos, que envolvem sempre as duas vertentes dos Pirenéus.»



O gypsaetus barbatus (quebra-osso) alimenta-se de ossos que ele quebra deixando-os cair de uma altura de 50 a 100 metros

⁽¹⁾ CADIS-Huesca: Coordinadora de Asociaciones de Discapacitados Huesca (Coordenação das Associações de Deficientes de Huesca). APAJH31: Associação para Adultos e Jovens Deficientes da Alta-Garona.

⁽²⁾ Delegação para o Ordenamento do Território e Acção Regional, órgão de coordenação da política de ordenamento do território conduzida pelo Estado francês.



Fuensanta (Aragão) — Restauro de uma capela no âmbito do projecto «Continua Pirineum»

Um exemplo particularmente emblemático desta abordagem conjunta é o projecto «Pirineo vivo/Pyrénées vivantes» (Pirenéus vivos), dotado de 3,11 milhões de euros, sendo 49% financiados pelo FEDER. Trata-se de promover uma gestão concertada do espaço da montanha e de completar o dispositivo regulamentar europeu com uma abordagem local e comum das problemáticas ambientais. A protecção do quebra-ossos (*gypaetus barbatus*), grande rapina quebra-ossos, considerado um símbolo extremamente forte da fauna dos Pirenéus, foi escolhida como modelo estruturador desta cooperação organizada em três redes temáticas (acompanhamento ambiental, educação ambiental e protecção da biodiversidade). «Com o lançamento de uma acção transfronteiriça com todos os intervenientes (caçadores, criadores, guardas florestais, autoridades eleitas, caminheiros, defensores da natureza, educadores, professores, etc.) da zona frequentada pelo quebra-ossos, pretendemos, através de uma melhor compreensão das necessidades de cada um, chegar a uma apropriação local dos desafios ambientais e da aplicação de medidas eficazes para a preservação do património natural dos Pirenéus», explica Juan Faure, coordenador do projecto no Governo de Aragón, ao qual estão associadas a Liga para a Protecção das Aves (LPO, França) e a *Fundacion para la Conservacion del quebrantahuesos* (FCQ, Espanha), bem como cerca de sessenta parceiros das duas vertentes da fronteira.

Instalados em Ainsa (Aragão), na mesma fortaleza que o magnífico ecomuseu do FCQ, consagrado ao quebra-ossos, os serviços turísticos da comarca de Sobrarbe (15 municípios espanhóis) conduzem, juntamente com o sindicato misto do Vale d'Aure e do Luron, o projecto «Continua Pirineum» (48 municípios e três comarcas franceses). Trata-se de colocar em rede o turismo rural dos dois lados dos Pirenéus (criação de uma casa do turismo em cada vertente, um sítio *web* comum, etc.), valorizando os antigos caminhos transfronteiriços de montanha no âmbito de uma «rota da arte romana» e uma «rota histórica do comércio». São restauradas casas de pastores, «hospícios de Santiago», refúgios de contrabandistas e pequeno património rural.

Prevenção dos riscos e força na apresentação de propostas

Quando se fala de «refúgio», fala-se de segurança dos homens, que é outro tema que preocupa e reúne as duas vertentes dos

Pirenéus, e que mobiliza o Interreg e instituições públicas nacionais ou regionais ao mais alto nível.

Em Barcelona, o Instituto Cartográfico da Catalunha (ICC) coopera com o Gabinete de Investigação Geológica e Mineira (BRGM) francês e com quatro outros parceiros, no âmbito do projecto ISARD (Informação Sísmica Automática Regional de Danos), cujo objectivo principal é, como o declara a sua responsável Agnès Lladós, «recolher informações simultaneamente preventivas e operacionais sobre os riscos sísmicos nos Pirenéus, sem qualquer distorção ligada à fronteira, e transmiti-las eficazmente, em tempo real, aos serviços de socorro e de gestão de crise locais». Dotados de um orçamento Interreg de 1,645 milhão de euros, os parceiros ISARD trabalham em quatro medidas: unificação da zonagem sísmica dos Pirenéus, realização de cenários sísmicos, elaboração de um sistema automático de estimativa dos danos causados e divulgação da informação.

Administrado pelo MEDES, o Instituto de Medicina e Fisiologia Espaciais francês, o projecto «Sécurité Urgences Pyrénées/Seguridad y Urgencias en los Pirineos (SUP) (Segurança e Urgência nos Pirenéus) associa socorro na montanha, telemedicina e prevenção dos riscos. Baseado nos últimos progressos tecnológicos e telemáticos, este projecto levou à criação de um protótipo de maleta contendo um minicomputador, um telefone por satélite e aparelhos médicos «portáteis». Esta maleta pode ser utilizada por médicos e socorristas para os primeiros cuidados de saúde às vítimas de acidentes nas montanhas, mas também, e em caso de urgência, para as populações que vivem em zonas montanhosas isoladas ou afastadas dos centros de saúde, nos dois lados da fronteira. «Estamos a tentar miniaturizar ainda mais o conteúdo da maleta», esclarece Francisco Rojas do Instituto Tecnológico de Aragón, um dos dez parceiros do projecto SUP. «Entretanto, o projecto já influenciou a legislação: em Aragón, os intervenientes paramédicos e os socorristas podem, daqui em diante, efectuar operações que só os médicos podiam praticar anteriormente.»

O exemplo do projecto SUP confirma a força de apresentação de propostas que o Interreg pode ter, devido ao seu carácter piloto e europeu. Com efeito, são frequentes os projectos transfronteiriços que incentivam a evolução da legislação e dos processos: inspirando-se na legislação francesa, os parceiros aragoneses do projecto PortilHon lutam pela redução da idade da reforma para as pessoas com deficiência em Espanha. Em Albères, um território que abrange os dois lados da fronteira franco-espanhola na parte oriental dos Pirenéus, a associação promotora do projecto Interreg «L'Albera, memória i terra» (Albères, memória e terra), que «reúne a memória oral catalã», apoia-se no projecto para obter o reconhecimento de «Património Mundial da Unesco», como «Paisagem cultural viva». «O reconhecimento pelo Interreg é uma garantia», considera Brigitte Castell, coordenadora do projecto. Este ponto de vista é partilhado por Filgi Claverie, do Ballet Biarritz: «Ter a bandeira europeia nos nossos cartazes é uma marca. Mesmo que os recursos financeiros venham a desaparecer, é absolutamente indispensável que o apoio da Europa continue a ser permanente e é para isso que o Interreg contribui.»

Os aspectos quotidianos estão frequentemente na origem dos projectos introduzidos: «Recebemos muitos pedidos e as medidas mais solicitadas correspondem bem aos problemas da nossa zona», explica Laurence Hourçourigaray, encarregada de missão no Conselho Geral dos Pirenéus-Atlânticos. «Isto é evidente para os projectos culturais, mas eu penso também noutras



Espectáculo do Ballet Biarritz

acções como o projecto **Bizia** (A vida), promovido por cinco associações, de entre as quais os Médicos do Mundo. Nos fins-de-semana, milhares de jovens atravessam a fronteira para irem às discotecas ou para participarem em «rave parties». Circulam todas as espécies de drogas e ocorrem numerosos acidentes, por vezes mortais. A primeira fase do projecto incide sobre a redução dos riscos nos locais festivos: existem equipas no local que entram em contacto com os consumidores de drogas para os informar e fazer com que se prejudiquem o menos possível. A segunda fase é a criação em Bilbao de um lugar de «consumo higiénico», o mais importante de Espanha. Considerado como muito inovador do ponto de vista europeu, o Bizia beneficia de um financiamento Interreg de 1,75 milhões de euros, sendo metade desta verba financiada pelo FEDER.

Tempo e método

«A globalização ou, pelo menos, a economia internacionalizada, começa pelo aspecto transfronteiriço. É por isso que o Interreg é um instrumento privilegiado para nós», considera Xavier Farriols Sender, director-geral adjunto da Formação Profissional e Educação Permanente no Ministério da Educação da Catalunha. Os seus serviços executam o projecto Interreg «Formação Profissional Transfronteiriça», destinado a desenvolver a cooperação entre os sistemas catalães e franceses de formação e orientação profissionais. O projecto incide sobre a análise das semelhanças, diferenças e necessidades (vários estudos são publicados sob a forma de livros), mas inclui também intercâmbios (sob a forma de seminários territoriais) entre profissionais da formação, e uma experiência muito concreta de mobilidade profissional que envolveu até ao presente 60 jovens com baixo nível de qualificações: aprendizes de cozinha franceses estão a fazer um estágio de três semanas na Catalunha, enquanto os seus homólogos catalães vivem a mesma experiência na região de Toulouse. «Também aqui as coisas eram pouco evidentes», confessa Angels Font Burés, que coordenou o projecto. «Os aprendizes franceses têm um contrato de trabalho com um empregador, o que não é o caso dos catalães, que têm um estatuto escolar. Felizmente, os proprietários de restaurantes aceitaram as regras do jogo e privaram-se do seu aprendiz durante o estágio.»

Xavier Farriols Sender insiste na importância da duração no processo de cooperação: «O Interreg deu-nos o tempo, o que é essencial, a começar pelo tempo de conhecer os parceiros. É isto que ocupa o primeiro ano. Em seguida, é preciso poder contar com uma continuidade entre as pessoas. Por exemplo, perdemos uma acção similar no sector dos cabeleiros porque o novo interlocutor francês tinha sido mal informado...»

Joan Luria i Pagès, que dirige a Célula Técnica Oriental do programa Interreg IIIA França/Espanha, fala de maneira mais geral: «Para os promotores de projectos, o Interreg é a prova de que a cooperação a longo prazo é possível.»

«Há sem dúvida um pouco de ferrugem no funcionamento da engrenagem», constata Jean-Marie Blanc, «mas, no conjunto, creio que podemos estar contentes com os progressos registados. Foi necessário rodar a engrenagem durante um ano e ficamos surpresos com o número de pedidos. Os operadores ansiavam arrancar e tivemos que os acalmar um pouco. Mas não houve qualquer dificuldade inesperada. As dificuldades que encontramos (reorientação dos objectivos, competência dos promotores, etc.) são próprias a todos os projectos e a todos os programas. A cooperação transfronteiriça complica apenas um pouco mais as coisas. O que conta é a vontade de agir entre regiões e ao serviço dos promotores de projectos. Há que ser humilde sem deixar de ser ambicioso e fazer um diagnóstico realista, agir de maneira realista sem sair dos objectivos «ideais» formulados pela Comissão, cujo papel — é normal — é colocar a fasquia o mais alta possível. Depois, é necessário dispor de um método para trabalhar bem conjuntamente e concluir acordos sistemáticos sobre todos os pontos essenciais. Por último, é preciso ter imaginação e sair da cultura administrativa recebida.»

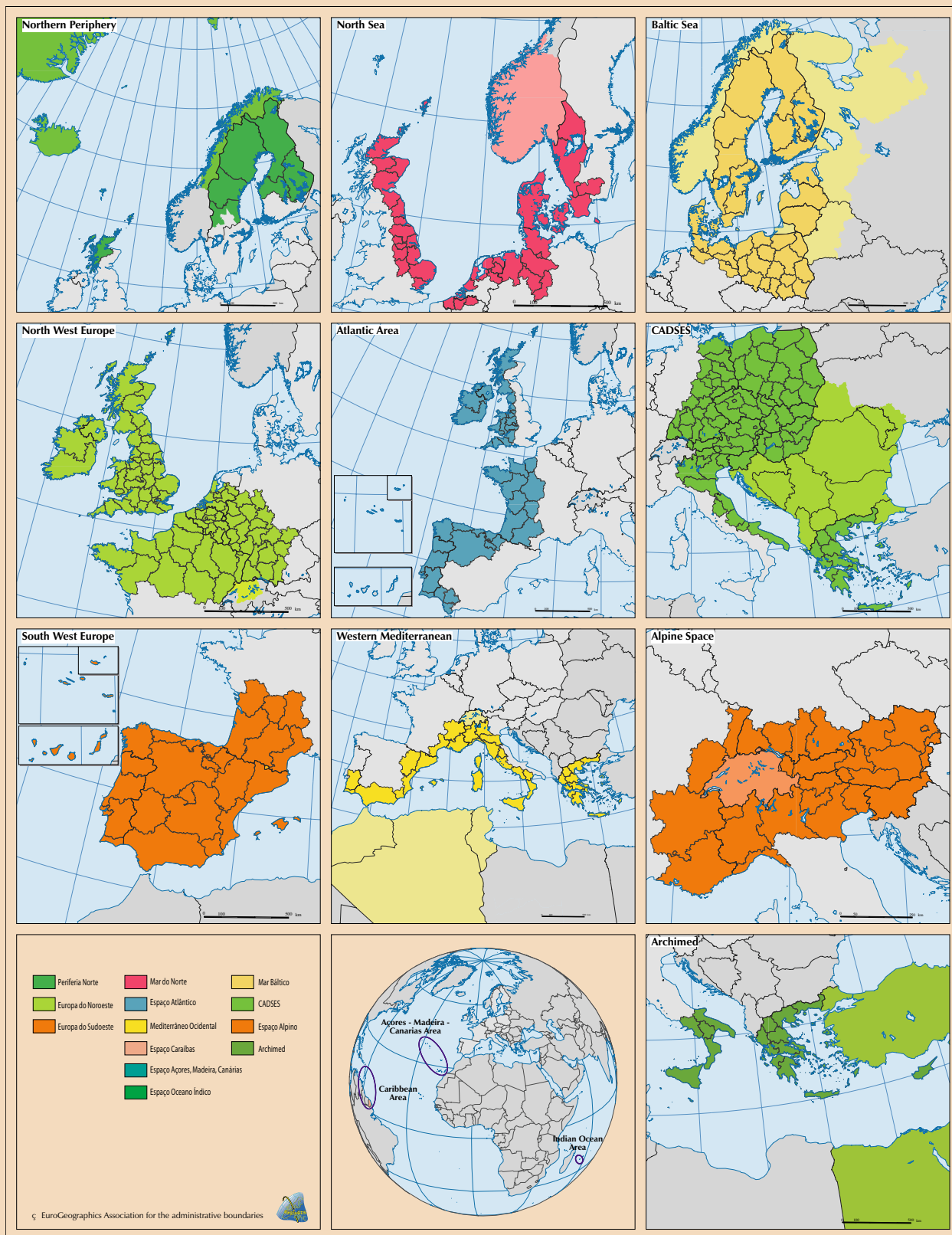
Para saber mais, consultar: <http://aquitaine.fr>.



Projecto PortilHon — Encontros festivos para melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência



Interreg III B: Cooperação transnacional



ESPAÇO ALPINO

AlpEnergyWood: a madeira, fonte de energia



Custo total: 1 831 700 EUR

Contribuição UE: 851 000 EUR

«O principal objectivo do projecto 'AlpEnergyWood' é pôr os conhecimentos e as boas práticas dos profissionais, das autarquias locais e dos simples cidadãos de nove regiões do Espaço Alpino ao serviço da promoção de uma fonte de energia local: a madeira. Pretende-se unir os intervenientes e facilitar-lhes o acesso ao conhecimento do tema através de um sítio *web*, mostrar ao público esta forma de energia renovável, estudar a viabilidade de um sector da madeira destinado à produção de energia e lançar as bases de uma formação profissional nesta área através das modernas tecnologias de comunicação.»

Frédéric Douard, *director do ITEBE — Institut technique européen du bois-energie — Instituto Técnico Europeu da Biomassa*

frederic.douard@itebe.org
www.alpenergywood.org

CADSES

LHASA: revitalização de bairros de grandes complexos habitacionais



Custo total: 1 801 220 EUR

Contribuição UE: 1 122 512 EUR

«Os grandes complexos de habitações também podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento de metrópoles e de centros regionais competitivos. O objectivo do projecto LHASA é apoiar, com base em planos de desenvolvimento integrados, iniciativas que melhorem a situação socioeconómica dos bairros de grandes complexos, permitindo ao mesmo tempo reabilitar e reconverter edifícios desafectados em locais activos. Os parceiros dos países participantes utilizarão a experiência dos parceiros alemães e italianos ao seleccionarem os bairros e os investimentos prioritários. A atracção das cidades e das metrópoles dos novos Estados-Membros será melhorada. Por sua vez, os parceiros italianos e alemães vão desenvolver, no âmbito de projectos-piloto, estratégias de luta contra a exclusão social e a degradação dos modos de vida. Os resultados serão difundidos através do espaço de cooperação CADSES.»

Ansgar Tesch, *distrito de Marzahn-Hellersdorf (Berlim)*
ansgar.tesch@ba-mh.verwalt-berlin.de

PERIFERIA NORTE

DESERVE: melhorar os serviços nas zonas rurais e remotas



Custo total: 2 251 542 EUR

Contribuição UE: 1 642 811 EUR

«A operação DESERVE tem por objectivo transferir modelos de prestação de serviços adaptados ao meio rural e remoto entre as regiões participantes da periferia norte da Europa. Assim, cada região executa um projecto baseado, completa ou parcialmente, num modelo já experimentado por uma região parceira no seu próprio território. A tónica é colocada sobre a prestação do serviço e sobre a forma como este é prestado, de preferência sobre o tipo de serviço como tal. Porque a ideia é também transcender os sectores de actividade para transferir a experiência de um sector para o outro. Os parceiros podem igualmente testar até que ponto este ou aquele modelo pode ser adaptado ao seu contexto local.»

Helen Betts-Brown, *coordenadora do projecto*
Helen.Betts-Brown@scvo.org.uk

EUROPA DO NOROESTE

NOAH: prevenir as inundações: da gestão da água à gestão da crise



Custo total: 6 500 000 EUR

Contribuição UE: 3 250 000 EUR

«Informar clara e rapidamente é essencial em matéria de prevenção das inundações. A parceria NOAH, que agrupa organizações alemãs e neerlandesas, desenvolve uma nova abordagem transnacional de gestão das cheias na bacia Reno-Mosa, assente em dois grandes princípios, o primeiro dos quais é responder o mais rápida e adequadamente possível aos pedidos de informação durante os períodos de cheias nas zonas participantes — é o sistema informático de alerta FLI WAS (*Flood Information and Warning System/Informação sobre as Cheias e Sistema de Alerta*) — experimentado em Colónia, Karlsruhe e três zonas dos Países Baixos. O outro princípio da NOAH é a mobilização de «Parcerias para as Inundações» entre as organizações governamentais, outros intervenientes relevantes e os cidadãos. Com o envolvimento activo na gestão das cheias procura-se sensibilizar a população para a importância dos desafios ligados à água.»

Ludolph Wentholt, *chefe de projecto*, e **Bob Pengel**, *Foundation for Applied Water Research (Fundação para a Investigação Aplicada da Água)*
noah@stowa.nl
www.noah-interreg.net

Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas (CRPM)

«Impulsionar a cooperação entre regiões»

Philippe Cichowlaz, director responsável pela política regional e prospectiva territorial na Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa (CRPM)



A CRPM, que agrupa actualmente cerca de 150 regiões da UE ou da sua vizinhança, está empenhada na cooperação entre regiões há mais de 15 anos. Neste domínio, quanto caminho já foi percorrido desde as primeiras disposições do FEDER, em termos de meios financeiros, de metodologia ou de qualidade dos projectos! Este enorme impulso levou a nossa associação a tomar posição em projectos, de imediato menos operacionais, mas mais antecipadores, destinados a promover novas dinâmicas de desenvolvimento. É assim que, no âmbito do Interreg IIIB, a CRPM participa em três projectos de natureza estratégica:

> **Ateliês Mediterrânicos de Ordenamento do Território** (AMAT-AMOT). Coordenados pela região Provence-Alpes-Côte d'Azur, em parceria com o Instituto do Mediterrâneo, os AMOT mobilizam nove regiões mediterrânicas das costas norte e sul em prol de políticas territoriais inovadoras. Inicialmente, pretendia-se analisar as condições precisas de condução destas políticas nos países mediterrânicos da União, para abrir o caminho a projectos de forte impacto territorial (os chamados «projectos estruturantes») para o próximo período de programação. Depois, proceder ao intercâmbio das boas práticas territoriais nas diferentes regiões com vista a preparar acções que serão elegíveis para o futuro objectivo de cooperação territorial europeia após 2006, tais como a prevenção dos riscos essenciais, a protecção do litoral, as redes de inovação, etc.

> **Esquema de Desenvolvimento do Espaço Atlântico** (SDEA-EDEA), que consiste em explorar as possibilidades de um desenvolvimento mais policêntrico do Espaço Atlântico, de acordo com os princípios do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (SDEC-EDEC). O EDEA, que associa perto de vinte regiões atlânticas, é executado pela nossa célula de prospectiva do Porto. Partindo de uma análise das tendências socioeconómicas, demográficas e ambientais dos territórios que constituem o Espaço Atlântico, este projecto tem por objectivo definir, por um lado, *propostas estratégicas* destinadas não só aos agentes regionais e nacionais, mas também aos inter-regionais e europeus, a favor duma melhor estruturação da facha-

da atlântica e, por outro lado, *temáticas de cooperação* para os projectos após 2006, com vista a superar as fraquezas estruturais deste espaço e a reforçar a sua atracção por parte das regiões mais centrais e mais competitivas. Uma série de ateliês organizados para esse fim reunirá intervenientes tanto institucionais (autoridades regionais e autárquicas, através da Conferência das Cidades do Arco Atlântico), como socioeconómicos: universidades e centros de investigação, comités económicos e sociais regionais através da Rede TransAtlantique (RTA), autoridades portuárias, empresas, etc.

> Em terceiro lugar, um projecto transversal consagrado às questões de **segurança marítima**, já evocado no Inforegio Panorama n.º 15.

Mais pontualmente, participámos como peritos em diversos projectos, como o «Baltic Palette» que originou interessantes intercâmbios de experiências, ou ainda num projecto INTERACT. Além disso, participamos num novo projecto mediterrânico, o «Stratmed-Medisdec», lançado no âmbito do período de programação em curso. Executado pela região do Lácio, este projecto apoiar-se-á parcialmente nas conclusões do projecto AMOT.

Por último, o projecto que mais nos mobiliza hoje e que reveste um carácter excepcional, é o da «Europa do Mar», que reúne cerca de 30 regiões no secretariado-geral da CRPM, que está a preparar um livro verde sobre a dimensão marítima da Europa e o respectivo papel das regiões.

Numa perspectiva lógica da nossa experiência, as nossas expectativas para o período 2007-2013 assentam essencialmente num reforço do carácter estratégico dos futuros projectos sem, no entanto, descurar o valor acrescentado próprio de projectos de menor envergadura. Isto não significa necessariamente orçamentos mais avultados, mas uma coordenação e envolvimento acrescidos dos diferentes intervenientes nos territórios. Com efeito, uma das principais dificuldades é a criação de verdadeiras parcerias entre Estados e entre redes de agentes socioprofissionais. No exercício das suas competências, as regiões têm alguns anos de avanço neste domínio. Ser-lhes-á possível fomentar a cooperação atraindo no futuro novos participantes? É essa a principal aposta deste novo período.

Contacto: philippe.cichowlaz@crpm.org
Sítio web: www.crpm.org



A prevenção das inundações é uma das preocupações do AMOT

Emília-Romana (Itália)

«Como a região Emília-Romana vence o desafio Interreg»

Lodovico Gherardi, membro do Comité de Direcção do Interreg IIIB CADSES,
e **Michele Migliori**, coordenador dos programas Interreg IIIB e IIIC (região Emília-Romana)



Com a experiência do Interreg IIC obtida entre 1994 e 1999, a região Emília-Romana empenhou-se activamente nas três vertentes do Interreg III: as suas províncias costeiras participam na vertente A, no âmbito do programa transfronteiriço Adriático; a região participa na vertente B, como parceiro nos programas CADSES (Centro, Adriático, Danúbio e Europa do Sudeste) — que coordena para as regiões italianas — e MEDOCC (mar Mediterrâneo Ocidental); a Emília-Romana participa ainda no Interreg IIIC para a zona oriental.

Actualmente, a região Emília-Romana está envolvida em 120 projectos de cooperação que representam investimentos de aproximadamente 20 543 000 euros do FEDER, repartidos da seguinte maneira: 15 projectos transfronteiriços (dos quais oito como chefes-de-fila), 30 projectos CADSES (dos quais 10 como chefes-de-fila), 26 projectos MEDOCC (dos quais três como chefes-de-fila) e 49 projectos Interreg IIIC (dos quais oito como chefes-de-fila). De entre todos estes projectos, 58 foram apresentados pelas autoridades territoriais e os restantes pelas autoridades regionais. Foram assim criadas cerca de 1 200 parcerias em 50 países diferentes. À volta de 85% destas parcerias dizem respeito a entidades públicas ou privadas de países da União Europeia (75% criadas em antigos Estados-Membros e 10% nos novos) e 15% vêm de países terceiros, na maior parte dos casos situados nos Balcãs. A região Emília-Romana participa, além disso, no programa INTERACT como chefe de fila do projecto «RE-ACT/REgional ACTors in Interreg cooperation» (RE-ACT/Agentes regionais na cooperação Interreg).

A maior parte dos projectos dizem respeito a sectores de intervenção directamente ligados às políticas de desenvolvimento territorial. O ambiente é o primeiro domínio coberto, com 32 projectos. Neste sector, a luta contra a poluição, sob todas as suas formas, e a gestão sustentável dos recursos (terrestres e costeiros) são os dois temas principais. A mobilidade e a logística são outro campo de intervenção importante (13 projectos). Pretende-se neste caso desenvolver e partilhar métodos inovadores para gerir de maneira mais racional os fluxos de transporte de mercadorias. Do ponto de vista estratégico e político, os campos de desenvolvimento local (12 projectos) e do ordenamento do território (10 projectos) são igualmente privilegiados. Na sua acção, a região Emília-Romana esforça-se por ter em conta os resultados dos estudos realizados no âmbito do programa ESPON, para completar a sua «caixa de ferramentas» para o ordenamento do território regional.

Constata-se que o Interreg suscita cada vez mais interesse, tanto a nível local como a nível regional. A possibilidade de criar parcerias com estruturas e instituições

remotas e, portanto, diferentes, e de partilhar experiências à escala internacional levou a administração regional a melhorar a qualidade das suas prestações. Do mesmo modo, está-se a passar de uma visão «localista», pouco sensível ao valor acrescentado da cooperação, para uma tomada de consciência das oportunidades de crescimento abertas pelas relações internacionais. A esse respeito, sublinha-se que quase todos os parceiros e a totalidade dos coordenadores de projectos que tinham ganho concursos públicos anteriores, renovaram candidaturas nos seguintes convites para apresentação de propostas, apesar das grandes dificuldades que implica (escusado será dizê-lo) a gestão de um programa Interreg. Isto significa que estes parceiros consideram que o valor acrescentado da cooperação internacional ultrapassa todas estas dificuldades e que adquiriram a experiência necessária para as enfrentarem de novo.



Sede da região Emília-Romana em Bolonha

Neste período de programação, prestes a terminar, os serviços abrangidos pelos programas europeus ⁽¹⁾ utilizam ao máximo os recursos disponíveis para acompanhar os agentes regionais envolvidos nos projectos Interreg e responderem às expectativas cada vez maiores do território. Procura-se também melhorar a coordenação dentro e fora da administração regional, de maneira a torná-la num «balcão único» da cooperação europeia ao serviço de todos os intervenientes regionais.

A experiência adquirida ao participar na iniciativa Interreg III é um capital de saber-fazer precioso para a próxima etapa de cooperação territorial europeia, que começa em 2007, com a nova programação dos fundos estruturais e os novos programas de vizinhança.

Para saber mais:

http://www.regione.emilia-romagna.it/wcm/infoagenda2000/sezioni/sez_iniziative_comunitarie/interregIII

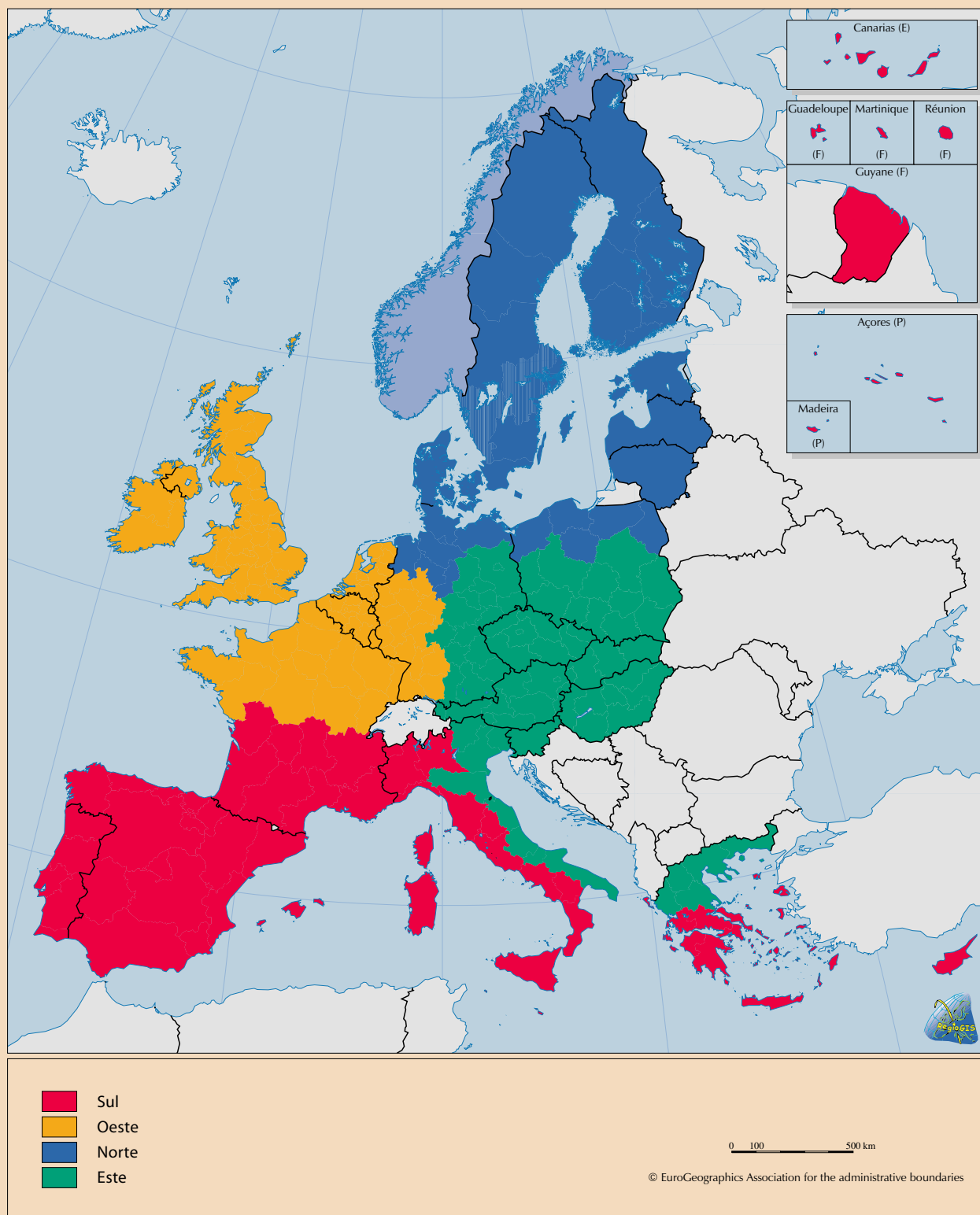
Contactos:

lgherardi@regione.emilia-romagna.it
mmigliori@regione.emilia-romagna.it

(1) Direzione Generale Programmi e Intese, Relazioni Europee e Cooperazione Internazionale (Direcção-Geral dos Programas e Aprovação, Relações Europeias e Cooperação Internacional).



Interreg III C: cooperação inter-regional



NORTE

STIMENT: abordagens inovadoras para a criação de empresas



Custo total: 3 400 000 EUR
Contribuição UE: 2 050 000 EUR

«O projecto STIMENT (*STIMulating New Ways of ENTrepreneurship* — Estimulando novas formas de empreendedorismo), destina-se a favorecer o espírito de empresa em quatro regiões onde é particularmente necessário (Grande Norte da Suécia, Grande-Polónia, Håme-Finlândia Meridional e Lorena) e a experimentar na província de Brécia (Lombardia) abordagens inovadoras em matéria de criação de empresas. Pretende-se encorajar o desenvolvimento de parcerias entre agentes socioeconómicos nas cinco regiões participantes, a fim de aumentar os conhecimentos e as competências dos empresários através da troca de experiências, de ferramentas, de métodos e de medidas de acompanhamento. O Stiment privilegia três domínios específicos: a vigilância económica, a formação à distância e a logística.»

Mats-Rune Bergström, Conselho de Administração do Condado de Västerbotten
mats-rune.bergstrom@ac.lst.se
www.stiment.net

SUL

VINTUR: espaço europeu do enoturismo



Custo total: 1 319 900 EUR
Contribuição UE: 759 950 EUR

«O objectivo global da operação VINTUR é a criação, desenvolvimento e consolidação de um espaço europeu das cidades e regiões vitícolas, como plataforma de trabalho que permita uma colaboração mais intensa entre agentes económicos e autoridades, bem como a valorização das boas práticas. De entre os resultados esperados, convém citar: a criação de um fórum permanente para recolher informações de qualidade, a melhoria dos conhecimentos mútuos, a elaboração de uma estratégia turística baseada nas vinhas, a redacção e divulgação de uma 'carta do enoturismo europeu' e o desenvolvimento de novos métodos para promover o turismo e a cultura do vinho.»

Toni Alujas, Câmara Municipal de Vilafranca del Penedès
talujas@ajvilafranca.org
www.vintur.org

INTERREG OESTE

DICE: cooperação em matéria de tecnologias digitais



Custo total: 1 052 000 EUR
Contribuição UE: 624 000 EUR

«A operação DICE (*Digital Innovation through Cooperation in Europe* — Inovação Digital através da Cooperação na Europa) pretende favorecer o intercâmbio de experiências entre oito regiões que se preparam para instalar no seu território a televisão terrestre digital e todos os serviços que ela possibilita. A DICE coloca a tónica no desenvolvimento regional e na promoção das PME do sector dos meios de comunicação social e das telecomunicações. O projecto está voltado para os desafios ligados à nova tecnologia: relações com o consumidor, padrões comuns, novas aplicações, novos mercados, modelos comerciais, quadro jurídico-legal. Procura-se avaliar o possível impacto deste progresso tecnológico sobre o desenvolvimento regional. Ao identificar e transferir (sob a forma de um manual) as boas práticas, o objectivo final é promover em cada região participante no projecto uma economia do conhecimento competitiva, dinâmica e criadora de empregos.»

Ingrid Walther, Governo de Berlim, Unidade de Tecnologias da informação e da comunicação
ingrid.walther@senwaf.verwalt-berlin.de
<http://www.dice-online.net>

INTERACT

IQ-Train: rede de gestores Interreg



Custo total: 540 000 EUR
Contribuição UE: 270 000 EUR

«IQ-Train é a rede de responsáveis e gestores da iniciativa comunitária Interreg. Este projecto-piloto, baseado nas experiências anteriores do Interreg, consiste em criar um dispositivo de transferência de saber-fazer para e pelos actores da iniciativa de cooperação, em especial os membros dos comités de direcção e de acompanhamento, contribuindo para o sucesso do alargamento e facilitando a integração das autoridades de gestão dos Estados que aderiram recentemente à União.»

Sabine Rosenberger, secretária da IQ-Train
Sabine.Rosenberger@noel.gv.at
www.iq-train.net

2007-2013: Preparar a nova geração de programas com o sítio Inforegio

Os Estados-Membros e as regiões preparam o próximo período de programação 2007-2013. O sítio Inforegio apresenta numerosas informações e documentos importantes para todos os agentes envolvidos nesta iniciativa. Pretende-se facilitar o intercâmbio entre todos e informar o grande público dos progressos atingidos. Não hesitem em dirigir as vossas questões e contribuições para a Direcção-Geral da Política Regional.

http://europa.eu.int/comm/regional_policy/funds/2007/index_pt.htm

Contactos

Comissão Europeia
 Direcção-Geral da Política Regional
 Unidade 01 — «Informação e Comunicação»
 Thierry Daman
 41, avenue de Tervuren B-1040 Bruxelles
 Fax: (32-2)296 60 03
 E-mail: regio-info@cec.eu.int
 Internet: http://europa.eu.int/comm/dgs/regional_policy/index_pt.htm

Informações sobre as ajudas regionais da União Europeia
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_en.htm

ISSN 1725-8154

© Comunidades Europeias, 2005
 Reprodução autorizada mediante menção da fonte.



Serviço das Publicações
Publications.eu.int